

Educação Musical, Cinema e Resistência Cultural na Amazônia: Um Ensaio sobre Musicar Local e Práticas Decoloniais

Comunicação

GTE 07: Educação musical em espaços alternativos de formação

*Nayara Tallita Moreno Rodrigues
Universidade do Estado do Pará
nayfisio24@gmail.com*

Resumo: Este ensaio propõe uma reflexão, a partir de um evento cultural ocorrido em Santarém (PA), sobre os desafios e potências da educação musical na Amazônia. O encontro com o ator Marcos Palmeira e o cineasta Zelito Viana na Casa de Cultura serve de catalisador para discutir as múltiplas camadas de marginalização enfrentadas pela produção cultural amazônica. A partir de uma abordagem crítica e interdisciplinar, o texto articula as vozes dos participantes locais com referenciais como Paulo Freire, Boaventura de Sousa Santos e, centralmente, com teóricos da educação musical como Suzel Reily e seu conceito de "musicar local". O estudo evidencia a potência da educação musical como campo de escuta, pertencimento e construção crítica do mundo, considerando os territórios culturais como espaços legítimos de formação e criação na perspectiva decolonial. O artigo está vinculado ao eixo da educação musical em espaços alternativos e pretende contribuir com a ampliação dos debates sobre cultura, arte e democracia em contextos periféricos

Palavras-chave: Educação musical; Amazônia; Musicar local; Decolonialidade; Resistência cultural.

Introdução

A formação em arte, e particularmente em música, constitui-se como um fenômeno complexo que transcende os espaços formais de ensino, especialmente em contextos marcados por profundas desigualdades geográficas, sociais e culturais. Na Amazônia brasileira, essa formação se entrelaça com as práticas comunitárias, as rodas de conversa e as vivências coletivas, articulando-se à resistência simbólica e material dos sujeitos frente a histórias de exclusão.

Partindo de um encontro ocorrido em maio de 2025 na Casa de Cultura de Santarém (PA), que reuniu o ator Marcos Palmeira¹, o cineasta Zelito Viana² e fazedores de cultura locais, este ensaio propõe uma reflexão crítica sobre os desafios e as potências da educação musical na região. O evento, aqui compreendido não como o objeto único de análise, mas como síntese de um contexto mais amplo, serve de catalisador para discutir as múltiplas camadas de marginalização enfrentadas pela produção cultural amazônica. (Figura 1)

Ao articular as vozes dos participantes locais com os referenciais de Paulo Freire, Boaventura de Sousa Santos e, especialmente, com conceitos da educação musical como o 'musicar local' (REILY), este texto busca evidenciar a educação musical como campo de escuta, pertencimento e construção crítica do mundo. A intersecção entre arte, escuta e pertencimento será discutida à luz de autores que pensam a cultura como ferramenta de transformação social e de construção de cidadania. Propõe-se, assim, a contribuir para a ampliação dos debates sobre cultura, arte e democracia em contextos periféricos, reafirmando os territórios culturais como espaços legítimos e urgentes de formação e criação.

¹ Marcos Palmeira é ator brasileiro com extensa atuação no teatro, cinema e televisão. Também é conhecido por seu ativismo ambiental e pela defesa da agroecologia na região amazônica. É proprietário da Fazenda Vale das Palmeiras, referência nacional em produção orgânica. Fonte: G1. Marcos Palmeira fala sobre agroecologia e Amazônia. Disponível em: <https://g1.globo.com>. Acesso em: 13 jul. 2025..

² Zelito Viana é cineasta, produtor e diretor com forte atuação no cinema político brasileiro. Fundador da Mapa Filmes, dirigiu obras como Os Herdeiros e produziu Memórias do Cárcere (1984). Sua filmografia articula memória histórica, crítica social e cultura nacional. Fonte: ENCICLOPÉDIA Itaú Cultural. Zelito Viana. Disponível em: <https://enciclopedia.itaucultural.org.br>. Acesso em: 13 jul. 2025.

Figura 1 - Convite publicado no Instagram da Prefeitura de Santarém, que mobilizou artistas, estudantes e educadores para o encontro realizado na Casa de Cultura.



Fonte: Prefeitura de Santarém (2025)

Abordagem Teórico-Reflexiva

Este trabalho configura-se como um ensaio de natureza teórico-reflexiva. A experiência vivida na Casa de Cultura de Santarém não é analisada aqui como um caso empírico isolado, mas como elemento motivador e ilustrativo de uma discussão mais ampla sobre educação musical, políticas culturais e resistência na Amazônia.

A abordagem adotada é, portanto, qualitativa e interpretativa, ancorada no diálogo entre o evento observado, as falas dos participantes e um referencial teórico crítico que inclui autores da educação, da sociologia e dos estudos culturais, com especial atenção à produção recente da educação musical. O conceito de "musicar local" (REILY, 2014), que compreende as práticas musicais como fenômenos situados e socialmente construídos, oferece uma lente fundamental para esta análise, permitindo uma leitura crítica da vivência que conecta o sensível ao político, o individual ao coletivo.

A reflexão proposta busca, assim, estabelecer conexões entre a teoria e a realidade concreta, entre o local e o global, entre a arte e a política,

posicionando-se dentro de um movimento epistemológico que valoriza os saberes territoriais e as perspectivas decoloniais para pensar a educação musical. Trata-se de uma estratégia investigativa que reconhece os sujeitos como construtores de saberes e considera suas trajetórias, interações e contextos como fontes legítimas de conhecimento.

Referencial Teórico

A compreensão da arte como linguagem formativa e política exige um olhar atento às múltiplas realidades nas quais ela se insere. No contexto amazônico, a produção artística está profundamente marcada por atravessamentos sociais, geográficos, econômicos e simbólicos que configuram um cenário de resistência e criação contínua. Para refletir sobre a educação musical nesses territórios, é necessário reconhecer que os espaços e tempos da aprendizagem não se restringem à escola formal, mas se expandem para encontros, vivências e trocas que ocorrem nas margens - física e simbolicamente - dos grandes centros hegemônicos.

Paulo Freire (2019) é referência incontornável quando se pensa a educação como prática política e libertadora. Para o autor, toda ação educativa deve partir da realidade concreta dos sujeitos e das comunidades, promovendo uma escuta ativa e um diálogo horizontal entre educador e educando. Ao considerar que "ninguém educa ninguém, ninguém se educa a si mesmo, os homens se educam entre si, mediatizados pelo mundo", Freire nos convida a reconhecer nos encontros comunitários, nas vivências territoriais e nos processos culturais populares verdadeiras oportunidades de formação crítica. Nesse sentido, a educação musical, quando situada e conectada aos saberes locais, torna-se uma ferramenta potente de transformação social e construção de cidadania.

Essa ideia de valorização dos saberes locais e da diversidade cultural é aprofundada por Boaventura de Sousa Santos (2004) com o conceito de "ecologia de saberes". Segundo ele, a modernidade construiu uma "linha abissal" entre os saberes legítimos e os saberes desqualificados, frequentemente invisibilizando os conhecimentos produzidos em territórios indígenas, quilombolas, periféricos e populares. Ao propor uma ciência e uma educação pós-abissal, Boaventura defende

que o diálogo entre os saberes deve estar no centro das práticas pedagógicas e culturais, o que implica romper com modelos pedagógicos colonizados e instituir práticas educativas comprometidas com a justiça social e cultural.

A valorização dessas expressões é também defendida por Néstor García Canclini (2015), que problematiza os sistemas de classificação cultural ao discutir as "culturas híbridas". Para o autor, a modernidade ocidental criou fronteiras artificiais entre o erudito e o popular, entre o tradicional e o moderno, negando o valor das expressões culturais que não se encaixam nesses moldes. A partir de sua perspectiva, é possível entender que a cultura amazônica - múltipla, oral, ritual, ancestral, digital, sincrética - desafia essas fronteiras e aponta para uma produção estética e política situada, que deve ser reconhecida como tal.

No campo específico da educação musical, este ensaio dialoga com autores que pensam a prática musical para além dos cânones tradicionais e a situam no âmbito comunitário e cultural. A etnomusicóloga Suzel Reily oferece uma contribuição fundamental com o conceito de 'musicar local' (REILY, 2014), que compreende a música não como um objeto, mas como uma ação social situada. Para Reily, 'musicar' é um conjunto de atividades – tocar, ouvir, dançar, preparar instrumentos – que constituem a vida social de uma comunidade. Esse conceito é fundamental para analisar as práticas formativas na Amazônia, pois desloca o foco do produto musical para o processo de fazer música, valorizando as manifestações sonoras locais como eixos de identidade e pertencimento.

Essa perspectiva é ampliada por Maria Walburga dos Santos (2018), cujos trabalhos na região amazônica destacam a urgência de uma educação musical decolonial. Santos argumenta que é necessário romper com modelos pedagógicos importados e construir, a partir da escuta sensível dos saberes tradicionais, uma prática educativa que respeite e revitalize as expressões musicais dos povos da floresta. Sua pesquisa evidencia que a educação musical, nestes contextos, é ato de resistência política e afirmação cultural contra o epistemicídio que historicamente atinge os saberes amazônicos.

Na mesma direção, a educadora musical Teca Alencar de Brito (2021) defende uma pedagogia que valorize a criatividade, a improvisação e a cultura da criança e do grupo. Sua abordagem, centrada na experimentação e na criação

coletiva, oferece ferramentas para que a educação musical possa, de fato, partir do universo cultural dos educandos, tornando-se mais relevante e significativa em contextos diversos como o amazônico.

Esses referenciais ajudam a compreender que o encontro em Santarém foi, ele mesmo, uma forma de musicar – um espaço de produção de sociabilidade e debate sobre o lugar da cultura. A educação musical, sob essa ótica, revela-se como prática que pode acontecer em diversos espaços – como a Casa de Cultura –, desde que comprometida com a valorização crítica dos saberes sonoros do território em sua pluralidade e complexidade.

Um Diálogo Possível: Arte, Política e Território

O encontro ocorrido em Santarém, em maio de 2025, exemplifica de maneira significativa as tensões aqui discutidas. Na ocasião, a presença de Marcos Palmeira e Zelito Viana trouxe visibilidade ao evento, mas foram as vozes dos artistas e mestres da cultura popular local que revelaram a profundidade dos desafios e das potências culturais da região, reunindo estudantes, educadores, artistas e representantes da comunidade local em uma roda de conversa que abordou temas como cinema, música, políticas públicas culturais, meio ambiente e os direitos dos povos originários.

Enquanto Zelito Viana discorria sobre a necessidade de políticas públicas consistentes para a cultura, defendendo que "a qualidade vem da quantidade" e que é preciso produzir continuamente mesmo diante da escassez de recursos, as falas dos participantes de Santarém mostravam a distância entre essas ideias e a realidade local. Um representante de grupo de teatro local destacou a dificuldade de fazer cinema e teatro na região, apontando para a carência de infraestrutura e de políticas de fomento específicas. Já uma cantora e compositora presente ao evento problematizou a dificuldade de ser contemplada em editais de artes urbanas, que, segundo ela, tendem a estereotipar as tradições regionais, invisibilizando produções urbanas, não indígenas e que não se enquadram em representatividades de minoria.

Essa disputa por visibilidade e valorização dos saberes locais encontra eco no trabalho de educadores musicais que atuam na região Norte. A trajetória da paraense Maria Walburga dos Santos (2018) é fundamental, com seus trabalhos que articulam educação musical, culturas populares e perspectivas decoloniais, insistindo na escuta sensível dos saberes tradicionais. No Pará, o trabalho do Professor Dr. Claudio Melo (UFPA) com as bandas de músicas e fanfarras demonstra a potência das práticas coletivas como eixo de formação musical e comunitária na Amazônia paraense. Esses profissionais representam a materialização do "musicar local" (REILY, 2014) no campo educacional, demonstrando que a educação musical na Amazônia é, antes de tudo, um ato de resistência política e afirmação cultural contra múltiplas camadas de exclusão.

Essas falas ilustram como as políticas culturais podem, paradoxalmente, reforçar exclusões ao estabelecer categorias rígidas do que seria "autenticamente regional". Essa lógica, ao invés de acolher a diversidade de expressões, acaba por silenciar vozes que não se encaixam em expectativas pré-estabelecidas sobre a produção cultural amazônica. Tal dinâmica exemplifica o que Boaventura de Sousa Santos (2004) identifica como "epistemicídio": a desqualificação de saberes e formas de expressão que fogem aos cânones hegemônicos, sejam eles nacionais ou mesmo regionais.

Durante o encontro, Marcos Palmeira destacou que o cinema e a arte têm o poder de ampliar a visibilidade das causas amazônicas, sensibilizando o público para questões ambientais urgentes e históricas. Em sua fala, defendeu que o artista deve estar comprometido com o seu território, não apenas como representação estética, mas como agente de escuta, denúncia e transformação. Para ele, a arte tem a função de fazer o Brasil – e o mundo – olhar para a Amazônia não como paisagem exótica, mas como sujeito político, como povo, como urgência.

A educação musical, quando sensível a esse contexto, tem o papel crucial de amplificar essas vozes e integrar essas formas de "musicar local" no processo educativo, valorizando os saberes que já existem e resistem no território em toda a sua pluralidade – seja nas tradições regionais, seja nas expressões urbanas contemporâneas. Através de repertórios, práticas de escuta ativa, produção de letras e diálogos interdisciplinares, é possível abordar o cuidado com a terra, com

as águas e com as comunidades como conteúdos formativos essenciais, configurando a educação musical como ato de insurgência, afetividade e militância ecológica.

O encontro na Casa de Cultura mostrou-se, assim, uma experiência formativa potente — um espaço de troca, escuta e construção coletiva que desafia lógicas hegemônicas de ensino e aprendizagem. Para futuros educadores musicais, vivências como essa ampliam a noção do que pode ser a prática pedagógica: uma ação contextualizada, comprometida com as memórias e lutas locais, com as histórias coletivas e com os desafios sociais do território amazônico.

Considerações finais

Este ensaio buscou demonstrar que experiências culturais como a de Santarém funcionam como microcosmos das tensões e potências que perpassam a educação musical na Amazônia. Mais do que um evento isolado, o encontro serve como lente para enxergar relações mais amplas entre política, cultura e território, evidenciando que a arte, mais do que uma linguagem estética, atua como instrumento de escuta, denúncia e mobilização social na região.

A incorporação de conceitos como "musicar local" (REILY, 2014) e educação decolonial (SANTOS, 2018) permite reposicionar a educação musical como prática epistemológica - um modo de conhecer e intervir no mundo a partir dos saberes sonoros locais. Diante dos inúmeros desafios vividos pelos fazedores de cultura na região — da precariedade estrutural à invisibilidade simbólica —, torna-se urgente reconhecer a educação musical como agente de transformação e resistência cultural.

A escuta surge como ferramenta pedagógica central neste processo. Escutar os territórios, suas vozes, suas dores e suas potências é condição para qualquer ação educativa que queira ser democrática e emancipatória. A arte, por sua vez, atua como elo entre o vivido e o pensado, entre a memória e o futuro, entre o individual e o coletivo, constituindo-se em ferramenta fundamental para a construção de pensamento crítico, pertencimento e consciência cidadã.

Assim, conclui-se que o caminho para uma educação musical verdadeiramente significativa na Amazônia exige o reconhecimento e a integração das vozes e saberes dos próprios fazedores de cultura locais, que, com seu fazer cotidiano, constroem a trama cultural santarena e amazônica. A formação docente, nesse contexto, deve se voltar para os territórios e seus sujeitos, acolhendo suas linguagens, histórias e epistemologias. É na valorização desses saberes e no diálogo horizontal com eles que a educação musical poderá cumprir seu papel na construção de um mundo mais justo, plural e democrático, onde todas as vozes possam ecoar em sua plenitude e diversidade.

Referências

BRITO, Teca Alencar de. *Música na educação infantil: propostas para a formação integral da criança*. 6. ed. São Paulo: Peirópolis, 2021.

CANCLINI, Néstor García. *Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade*. São Paulo: EdUSP, 2015.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 65. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2019.

MELO, Claudio. *Bandas de Músicas na Amazônia: memórias e histórias*. Belém: Editora da UFPA, 2015.

PREFEITURA DE SANTARÉM. *Um encontro imperdível, 19 maio 2025*. Disponível em: https://www.instagram.com/p/DJ2v_l9RLp9/ . Acesso em: 14 jul. 2025.

REILY, Suzel Ana. *O musicar local: novas trilhas para a etnomusicologia*. In: _____. (Org.). *Música, cultura e contexto: ensaios de etnomusicologia*. Campinas: Editora da Unicamp, 2014. p. 13-34.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *A universidade no século XXI: para uma reforma democrática e emancipatória da universidade*. São Paulo: Cortez, 2004.

SANTOS, Maria Walburga dos. *Educação musical no contexto da diversidade cultural: reflexões sobre a prática docente na Amazônia*. Revista da ABEM, Londrina, v. 26, n. 41, p. 167-185, dez. 2018.

TIKUNA, Djuena. *Tchautchiane*. [S.l.: s.n.], 2021. 1 disco sonoro (5 min). Disponível em: <https://youtu.be/w-VGSA07U9o?si=Lpw2U4UZb1DbzVX5> . Acesso em: 25 ago. 2025.

TURINO, Célio. *Pontos de Cultura: o Brasil de baixo para cima*. São Paulo: Anita Garibaldi, 2010.

UNESCO. *Convenção sobre a proteção e promoção da diversidade das expressões culturais*. Paris: UNESCO, 2005. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000149707> . Acesso em: 2 jun. 2025.